

RESENHA

Rosélia, PIQUET. **Indústria e Território no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007

Elaborada por Elis Miranda*

A professora Rosélia Piquet inicia seu livro *Indústria e Território no Brasil Contemporâneo* com uma citação de José Saramago, prevenindo o leitor: “o puro fato não existe, tudo são versões, interpretações”. Com isso, a autora apresenta a sua interpretação sobre o papel do planejamento e da industrialização no processo de desenvolvimento do Brasil. Importa ressaltar que o texto constitui uma excelente “aula” para aqueles que se interessam por conhecer melhor a economia brasileira, pois, como escreveu o professor Wilson Cano no prefácio do livro, “a professora traz ao público suas pesquisas mais recentes sobre o espaço brasileiro, na forma de um livro didático”.

Organizado em cinco capítulos, em linguagem clara, o texto trata com propriedade dos processos indutores de um desenvolvimento tão desigual no espaço quanto no âmbito social e levanta questões ainda pouco compreendidas. A autora acertou ao incluir, em *boxes*, referências teóricas fundamentais ao entendimento conceitual e aos contextos internacionais aos quais o Brasil encontrava-se ligado em cada um dos períodos analisados. Em dois anexos, dispõe os dados estatísticos e a cronologia dos planos nacionais e seus respectivos períodos governamentais.

* Geógrafa. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ. Professora/Pesquisadora do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes-Campos.

No primeiro capítulo – Para romper as amarras do subdesenvolvimento –, apresenta o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), ressalta as contribuições de Raul Prebisch e Celso Furtado como as principais referências do pensamento sobre o planejamento e o papel da industrialização no processo de desenvolvimento dos países latino-americanos. Para esses autores, a “industrialização seria uma imposição dos fatos e, longe de ser uma escolha, seria a única via de desenvolvimento deixada aos países que antes se beneficiaram de exportações crescentes de produtos primários”.

Em Concentração no tempo e no espaço, segundo capítulo, a autora discute o Plano de Metas (1956-1961) do governo de Juscelino Kubitschek e o Plano Trienal (1961-1964), este liderado pelo economista Celso Furtado, no governo João Goulart. São indicadas as razões pelas quais a implantação da indústria de bens duráveis, de capital e de bens intermediários ocorreu de forma concentrada em São Paulo e subsidiariamente no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, quando ocorre uma intensa urbanização e quando se intensificam as pressões políticas por reformas de base.

A seguir, no terceiro capítulo, são analisados os planos dos governos militares que orientaram o desenvolvimento nacional no período de 1964 a 1985. A autora destaca o papel assumido pelo Estado no processo de industrialização desse período, os pontos nevrálgicos de cada um dos planos e as proposições quanto às intervenções estruturais no território nacional e quanto ao espaço urbano. No que se refere ao território, mostra como foram estabelecidos critérios de localização das plantas industriais, salienta a importância das agências de desenvolvimento regionais, das propostas de modernização da agricultura e dos pólos de desenvolvimento e revela como todo esse processo provocou a intensificação das diferenças regionais e a agudização dos problemas urbanos.

Para Piquet, “as três décadas de investimentos públicos e as generosas políticas de incentivos e subsídios ao setor produtivo privado acabaram por exaurir a capacidade financeira do Estado”, que, enfraquecido, não consegue cumprir com suas responsabilidades mais tradicionais, como a da prestação de serviços urbanos, de educação, de saúde e de saneamento básico.

No capítulo quatro – Mudanças no ordenamento produtivo e territorial –, analisa as medidas de cunho neoliberal adotadas para a saída

da crise dos anos 80 do século XX, que se tornam conhecidas como “choque modernizador” e que têm como um de seus eixos um programa de privatizações de empresas dos mais variados setores da economia: siderurgia, mineração, ferrovias, rodovias, portos, energia, telecomunicações, instituições financeiras, transporte urbano, empresas de água, de gás e de esgoto. São então discutidos o processo de desnacionalização da indústria brasileira e as mudanças no emprego industrial, duas das principais questões que afetaram o país na década de 90, e analisados os efeitos da guerra fiscal entre os estados federativos, que afetou sobremodo a indústria paulista e estimulou uma estrutura produtiva espacialmente fragmentada.

A autora indica que é só nos anos 2000 que as questões sobre o desenvolvimento nacional voltaram a ser objeto de debate. E, assim, no capítulo cinco, vale-se dos dados disponíveis no documento *Investimentos na Economia Brasileira: o caminho do crescimento sustentado*, publicado em 2007 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para realizar uma análise dos horizontes da economia brasileira. O questionamento sobre o papel desses investimentos na ocupação do território e na melhoria da qualidade de vida da população revela a preocupação com o planejamento urbano e regional. A autora reconhece que há dificuldades para elaborar e pôr em prática uma política econômica socialmente direcionada e considera que “a distribuição de renda depende de condições políticas que permitam aos diretamente interessados exercer maior influência nos ditames do país”.

Assim como *Cidade-Empresa: presença na paisagem urbana brasileira*, de 1998, e *Brasil Território da Desigualdade* (com Ana Clara Torres Ribeiro), de 1991, este é mais um livro da professora Rosélia que, pela qualidade do material apresentado e pela propriedade dos temas examinados, torna-se uma leitura indicada para pesquisadores, formuladores de políticas públicas e todos aqueles que necessitam conhecer a dinâmica regional e urbana brasileira.

